





Na teoria e na prática

Uma das primeiras pessoas com formação em antropologia no estado de Sergipe, pesquisadora contribuiu para a reconquista do território do povo indígena Xokó

ANA PAULA ORLANDI _retrato MELISSA WARWICK

Em 1978, quando fazia o mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a antropóloga sergipana Beatriz Góis Dantas soube pela imprensa que o povo indígena Xokó lutava para reconquistar a terra na ilha de São Pedro (SE), do qual havia sido expulso a partir do final do século XIX.

A pesquisadora lembrou-se de que no início da década de 1970 havia levantado documentação sobre a presença indígena em Sergipe e encaminhou a papelada para o então bispo da cidade de Propriá, que estava do lado dos Xokó. Na época, os registros também subsidiaram o trabalho da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o envolvimento de Dantas na questão contribuiu para a homologação definitiva da terra Caiçara/ilha de São Pedro, em 1992.

Outro tema importante em sua trajetória foram as religiões afro-brasileiras. Em 1982, Dantas defendeu a dissertação de mestrado na Unicamp, que teve como base o material que havia coletado, também no início da década de 1970, no terreiro de Santa Bárbara Virgem, na cidade de Laranjeiras (SE). O trabalho se desdobrou no livro *Vovó Nagô e papai branco. Usos e abusos da África* (Editora Graal, 1988), que ganhou edição em inglês, em 2009, pela Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

Ao obter o título de mestra em antropologia, tornou-se uma das primeiras pessoas com formação específica nesse campo em Sergipe. O curso de graduação de ciências sociais foi criado naquele estado apenas em 1991, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde Dantas, de 84 anos, é hoje professora emérita aposentada.

Em 2023, a pesquisadora recebeu o Prêmio Anpocs de Excelência Acadêmica Gilberto Velho em Antropologia, concedido pela Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais. Ela concedeu a entrevista a seguir em duas rodadas por videoconferência, de sua casa em Aracaju.

ESPECIALIDADE

Antropologia

INSTITUIÇÃO

Universidade Federal de Sergipe

FORMAÇÃO

Graduação no curso de geografia e história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1963, e mestrado na Unicamp, em 1982

Como começou sua relação com a questão indígena?

No final da década de 1960, eu ministrava a disciplina Etnografia do Brasil na UFS. Na época, não existia um curso específico de antropologia em nosso estado e essa disciplina era oferecida em diversas graduações, como na de história e serviço social. Em sala de aula, eu trabalhava, entre outros conteúdos, com livros do antropólogo alagoano Arthur Ramos [1903-1949], que discutiam a sociedade brasileira a partir da presença de indígenas, negros e brancos. Lembro que os alunos sempre me perguntavam o que havia acontecido com os indígenas em Sergipe no século XIX e eu não tinha muitas respostas.

Por quê?

Na historiografia local, os poucos estudos sobre essa temática se restringiam ao período colonial, por meio de trabalhos como os do historiador Felisbello Freire [1858-1906]. O que se sabia era que até 1850 existiam oficialmente cinco aldeamentos indígenas na província, mas no final do século XIX as autoridades passaram a afirmar que esses grupos haviam desaparecido. Eu queria entender o que havia acontecido.

Onde buscou informações?

A pesquisa me fez voltar os olhos para o Arquivo Público Estadual de Sergipe, que, em 1969, estava em decadência, com grande parte dos documentos amontoados no chão das dependências de uma escola desativada. Essa instituição foi formalizada em 1923 e teve vários endereços. Antes de seguir para a escola, ela ocupava um espaço na Assembleia Legislativa, mas foi desalojada quando o prédio passou por uma reforma. A mudança do arquivo, nas palavras dos funcionários que trabalhavam nele na época, é uma coisa chocante. Eles contavam que os documentos foram jogados em caçambas descobertas de caminhões, como se fossem sacos de açúcar, para serem levados a essa escola. No trajeto, papéis se perderam.

O que achou lá?

Quando visitei o arquivo pela primeira vez, que já estava nessa escola, abri um códice do século XIX e me deparei com uma descrição das aldeias em 1850. Esse acaso me deu a certeza de que tinha que pesquisar ali, o que era inviável naquele

momento por causa do caos em que se encontrava a documentação. Pouco depois, em 1970, me convidaram para dirigir o recém-criado Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico [DCPH], na Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe.

A senhora aceitou?

Fiquei indecisa, porque não queria atrapalhar minha carreira de professora universitária, de pesquisadora. Na época, eu investigava cultura popular no interior de Sergipe. Mas aceitei o convite com a condição expressa de que poderia organizar o arquivo. Assumi a função em setembro de 1970 e permaneci nela até abril de 1971, porque era um governo intersticial, composto apenas para completar o restante de um mandato anterior. Nos meses que estive à frente do departamento, realizamos várias ações. Contudo, o trabalho mais importante foi, sem dúvida, o início da reorganização do arquivo.

Quais medidas tomou?

Reuni uma equipe de 10 estudantes da universidade, em sua maioria meus alunos do curso de história, que passaram a receber bolsa do governo estadual, e trabalhamos intensamente durante as

férias. Transferimos toda a documentação para uma nova sede e trouxemos um técnico do Arquivo Nacional [RJ] para nos orientar. Esse trabalho prosseguiu ao longo de anos com a participação da UFS, que transformou o arquivo em um campo de estágio para seus estudantes. Mesmo após minha saída da direção, acompanhei tudo a distância, como pesquisadora.

O que descobriu nesse levantamento?

Concluí que o desaparecimento das aldeias estava ligado a uma legislação fundiária, de 1850, que incorporou essas terras à União. Isso foi feito com a justificativa de que os indígenas estavam aculturados, misturados à população local, e não tinham necessidade de viver nos próprios territórios. Em suma, foi um processo de negação de identidade articulado à expropriação de terras indígenas. O Arquivo Público foi o local onde mais pesquisei, mas procurei documentos, por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Biblioteca Pública Estadual, em Aracaju, além de ter visitado os locais das antigas aldeias.

Na época já pesquisava a taieira?

Sim. A ideia dessa pesquisa começou por volta de 1968, também dentro da disciplina de Etnografia do Brasil. A taieira é uma expressão folclórica, uma dança típica sergipana. Ela foi registrada no século XIX e divulgada pelo folclorista sergipano Sílvio Romero [1851-1914], mas era dada como extinta já na primeira metade do século XX. Ao afirmar isso numa aula, fui contestada por um aluno, que disse haver apresentações de taieira todos os anos em sua cidade, Laranjeiras. Elas aconteciam no dia 6 de janeiro, junto com as festas de Santos Reis, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Esse aluno me levou até Laranjeiras e me dispus a fazer a pesquisa.

A dança tem caráter religioso?

Sim, tem. Na versão que estudei em Laranjeiras, trata-se de um grupo de dança-cortejo que se insere nas comemorações dos chamados santos protetores dos negros, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. O cortejo acompanha as rainhas que são coroadas pelo padre no interior da igreja e após a missa oferta flores, dança e canta louvores aos santos. Durante o dia, visita presépios ou residências de

“
**No século XIX,
as autoridades
passaram
a afirmar que
não havia indígenas
em Sergipe,
e eu queria
entender o que
havia acontecido**”

peças amigas ou de destaque na cidade que contribuem ou prestigiam a dança. No final da tarde, acompanha a procissão promovida pela igreja. Cumpridas as “obrigações” com os santos, os integrantes do cortejo apresentam-se em outras festas de cunho religioso ou profano, associando devoção e diversão. É um tipo de manifestação que lembra muito a congada mineira, por exemplo.

Por que a taieira era dada como morta?

Isso tem a ver com a romanização da Igreja Católica, que no final do século XIX centralizou o poder na figura do padre e uniformizou ritos e doutrinas, com ênfase nos sacramentos. No caso da taieira, muitos padres passaram a se recusar a coroar as rainhas alegando se tratar de uma festa pagã feita por negros. Assim, a taieira desapareceu de lugares como Aracaju, São Cristóvão e Lagarto, municípios de Sergipe.

Como essa manifestação conseguiu sobreviver em Laranjeiras?

Por dois motivos. Primeiro, pela força e determinação de Mãe Bilina, que por mais de 50 anos, entre as décadas de 1920 e 1970, comandou o terreiro de Santa Bárbara Virgem e realizou a festa da taieira na cidade. Seu nome de batismo era Umbelina Araújo, descendia de quatro avós africanos que foram escravizados no Brasil e tinha herdado da mãe a tradição das taieiras. A segunda razão é a presença do cônego Filadelfo Jonatas de Oliveira [1879-1972], pároco de Laranjeiras de 1904 até a década de 1960, um intelectual que apoiava essa manifestação popular sergipana. Comecei a acompanhar os ensaios em 1969 e a festa a partir do ano seguinte. Eu fazia tudo: fotografava, gravava e anotava as observações no meu caderno de campo.

Quais foram os desafios?

O maior deles foi contatar pessoas ou entidades que pudessem me ajudar com bibliografia e discussões sobre o tema. Em busca de interlocutores, escrevi para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e na ocasião o historiador Vicente Salles [1931-2013], que dirigia a *Revista Brasileira de Folclore*, me passou algumas informações. Foi um passo importante, uma vez que não conseguira contatar a Associação Brasileira de Antropologia



Acompanhei de perto a vida do terreiro, registrando, por exemplo, os rituais e a inserção daquele espaço no cotidiano da cidade

[ABA], que ficou uns tempos sem se reunir nos primeiros anos da ditadura militar [1964-1985]. Trabalhei sem orientação, guiando-me pelos manuais de pesquisa, mas busquei ir além do que habitualmente é tido como trabalho de folclore. Fiz isso ao incorporar técnicas e práticas dos antropólogos, dos historiadores e de pesquisadores do campo das artes, repassando, por exemplo, as gravações que realizei para especialistas transporem para partituras. Embora eu já lecionasse na universidade, arqueei com todas as despesas de pesquisa, assim como de publicação do livro *A taieira de Sergipe: Uma dança folclórica*, lançado pela editora Vozes em 1972.

Qual foi a repercussão do livro?

Foi muito além do esperado. A rede de intelectuais que eu acessara em busca de ajuda e para a qual mandei o livro, sugeriu enviá-lo para outras pessoas e isso fez com que a obra recebesse comentários de gente como a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz [1918-2018], da Universidade de São Paulo [USP], o sociólogo francês Roger Bastide [1898-1974], da Universidade de Paris, e do folclorista

Câmara Cascudo [1898-1986]. Quando entreguei o livro à Mãe Bilina, ela me perguntou se eu não queria fazer um livro também sobre o seu terreiro. Fiquei muito feliz com o convite porque ela era uma mulher muito reservada, mas senti que precisava me preparar mais em relação à metodologia. Escrevi um projeto e comecei a pesquisa em 1973.

Como foi a experiência?

Incrível. Acompanhei de perto a vida do terreiro registrando, por exemplo, os rituais e a inserção daquele espaço no cotidiano da cidade. Infelizmente, Mãe Bilina morreu em 1974 e fiquei com esse material. Mais tarde, o conteúdo inspirou minha dissertação de mestrado, que defendi em 1982, na Unicamp.

Por que foi para a Unicamp?

Com a criação do Plano Institucional de Capacitação Docente da UFS, a universidade instituiu uma escala para a saída de professores interessados em fazer pós-graduação, avaliando as áreas que eram mais carentes de profissionais qualificados. Eu queria me especializar em antropologia. Já meu marido tinha ingressado como docente na UFS mediante concurso para sociologia, mas como tinha livro publicado na área de história política, e não havia nenhum professor em ciência política, ele foi encorajado a fazer mestrado nessa área. Ficamos em Campinas em 1978 e 1979. Escolhemos a Unicamp por sugestão do antropólogo paulistano Luiz Mott, à época professor daquela universidade. Eu o conheci em 1971, quando ele pesquisava no Arquivo Público de Sergipe.

Qual foi o recorte da dissertação?

Pesquisei as religiões afro-brasileiras a partir de um estudo de campo no terreiro de Mãe Bilina, em Laranjeiras, considerado nagô puro. Nagô foi o nome atribuído aos povos de língua iorubá, que habitavam a costa ocidental da África, onde hoje estão países como Nigéria e Benin, e vieram escravizados para o Brasil. Aqui, o termo passou a ser aplicado também às tradições religiosas desses povos e seus descendentes, que são muito fortes no Nordeste, sobretudo na Bahia. Os dados que coletei no início dos anos 1970 revelaram algo que me chamou a atenção: os critérios

dessa “pureza nagô” não coincidiam com aqueles descritos nos candomblés da Bahia pela literatura clássica, que, desde os anos 1930, fazia comparações entre África e Brasil.

Quem orientou o trabalho?

Quando fui para a Unicamp, já levei esse material etnográfico e passei a dialogar com pesquisadores como Manuela Carneiro da Cunha e Peter Fry, que se tornaram orientadora e coorientador do trabalho. A partir daí, desenvolvi a pesquisa em dois planos: primeiro, fiz uma análise detalhada do campo religioso em Laranjeiras, centrada no terreiro de Santa Bárbara Virgem. Depois, ampliei a discussão para o plano nordestino e nacional, questionando a ideia de “pureza” como algo dado. Argumentei que ela é uma construção social, que envolve não só os praticantes, mas também intelectuais e antropólogos, que ajudaram a consolidar essa noção ao longo do tempo. Com isso, procurei deslocar o foco da África para o Brasil, mostrando os terreiros como espaços dinâmicos, em constante interação com a sociedade, o Estado, a Igreja e outros atores sociais.

Em 1978, quando a senhora estava na Unicamp, o povo indígena Xokó lutava para recuperar a propriedade da terra da ilha de São Pedro. Como participou desse episódio?

Soube da situação pela imprensa e logo me lembrei da documentação que havia reunido desde o início dos anos 1970. Coloquei esse material à disposição do bispo da diocese de Propriá, município próximo ao município de Porto da Folha, onde fica a ilha de São Pedro. Esse religioso seguia as orientações do Cimi [Conselho Indigenista Missionário] e apoiava aquele povo indígena. Naquele momento, os Xokó haviam sido expulsos da ilha de São Pedro por decisão da Justiça de Sergipe e respondiam a processos por invasão de terras. Em 1979, lideranças dos chamados caboclos da Caiçara, como os próprios Xokó se definiam na ocasião, recorreram à Funai, que enviou para lá uma antropóloga para avaliar a situação. Pouco depois, o grupo retomou a ilha e, com o apoio do Cimi, da diocese e de outros setores da sociedade, conseguiu permanecer no local, mesmo enfrentando processos judiciais e a violên-

cia de fazendeiros. A presença da Funai, ainda que esporádica, ajudava a conter parte dos conflitos, mas a situação jurídica da terra seguia indefinida. Até que, devido à repercussão do caso, inclusive internacionalmente, o governo de Sergipe declarou a área de utilidade pública e a doou à União. Ainda assim, os conflitos continuaram, com invasões, restrições ao uso da terra e diversas formas de pressão sobre a comunidade indígena.

Como estava a situação quando a senhora retornou a Sergipe, em 1980?

Os Xokó construíram alianças importantes com a diocese de Propriá, com setores progressistas, estudantes e professores universitários, além de parte da imprensa. Ainda assim, eram pouco reconhecidos pela população sergipana de forma geral, já que não se enquadravam em termos de aparência ao imaginário de indígena que povoa o senso comum. Com colegas da universidade, fomos até a ilha e realizamos um levantamento sobre a comunidade. Identificamos, entre outras questões, a falta de professores e a especificidade da cerâmica xokó, o que permitiu incluí-la em uma pesquisa da UFS sobre esse tipo de produção no estado.



O povo Xokó conseguiu permanecer na ilha de São Pedro, mesmo enfrentando processos judiciais e a violência de fazendeiros

Poderia falar sobre esse povo indígena?

Há registros da presença dos Xokó, com diferentes grafias, desde o período colonial, em uma área que vai de Sergipe ao sul do Ceará. Entre os séculos XVII e XIX, eles aparecem nas margens do rio São Francisco, em territórios hoje pertencentes a Pernambuco, Alagoas e Sergipe, quase sempre ligados a missões religiosas. No século XX, ainda havia grupos identificados como Xokó em antigas áreas missionárias, como a ilha de São Pedro e Porto Real do Colégio [AL]. Parte dessa população migrou, desde o fim do século XIX, para Alagoas, formando o povo Kariri-Xokó, reconhecido pelo SPI [Serviço de Proteção aos Índios]. Outra parte permaneceu em Sergipe e, no final dos anos 1970, iniciou o processo de retomada do território e da identidade indígena.

A senhora publicou um livro sobre os Xokó naquela ocasião?

O livro saiu em 1980, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, então presidida por Manuela Carneiro da Cunha, que me incentivou a escrevê-lo. Intitulado *Terra dos Índios Xokó: Estudos e documentos*, foi produzido em 1979, durante meu mestrado na Unicamp, com a colaboração do jurista Dalmo de Abreu Dallari [1931-2022], da USP. Além de um panorama histórico desse povo, a obra traz em fac-símile a documentação arquivística, com o objetivo de fundamentar os direitos territoriais dos Xokó e subsidiar análises da Funai, por exemplo.

Qual foi sua participação na Comissão Pró-Índio de Sergipe?

Fui cofundadora e primeira presidente dessa comissão, criada em 1981 diante do impasse na questão Xokó e que funcionou até 1986. As terras já haviam sido doadas à União, mas não estavam vinculadas à Funai, o que travava a regularização. Com apoio de Manuela e da comissão de São Paulo, organizamos uma entidade local para acompanhar o processo. A atuação combinava mobilização pública e articulação institucional, reunindo documentos e pressionando órgãos federais. Esse esforço conjunto contribuiu para que, em 1984, a ilha de São Pedro fosse finalmente reconhecida como terra indígena.

O que aconteceu a partir daí?

A Funai passou a atuar de forma efetiva naquele território, com posto de saúde e escola, por exemplo. Houve melhorias, mas também o início de uma nova luta: a disputa pela área da fazenda Caiçara, terra no continente que a documentação mostrava ser ocupada por eles desde, pelo menos, o tempo das missões religiosas. Esse processo se estendeu aos tribunais, com atuação sobretudo do procurador da República em Sergipe Evaldo Campos, até a homologação definitiva da terra Caiçara/ilha de São Pedro, em 1992, no governo de Fernando Collor de Mello.

Ao obter o título de mestre em antropologia, a senhora tornou-se a primeira antropóloga com formação específica em Sergipe?

Sim, mas isso não quer dizer que a antropologia não fosse feita aqui. Felte Bezerra [1908-1990], por exemplo, foi uma figura central do nosso campo em Sergipe. Ele nasceu em Sergipe e se formou em odontologia na Bahia, onde teve contato com Arthur Ramos. Na volta a Aracaju, virou professor do que hoje seria ensino médio e se envolveu na criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe [Fafi], da qual se tornou professor de antropologia. Era muito articulado: mantinha correspondência com nomes importantes das ciências sociais como Roger Bastide e Emilio Willems [1905-1997] e escreveu um livro fundamental: *Etnias sergipanas* [1950]. Nos anos 1960, mudou-se para o Rio de Janeiro, com o sonho de abrir uma empresa em parceria com um amigo que, entretanto, não deu certo. Lá, passou dificuldades, fez vários trabalhos para se sustentar e ficou um tempo afastado da vida intelectual. Depois, na década de 1970, retomou os estudos por conta própria e escreveu seis livros voltados à teoria da antropologia, mas nunca mais conseguiu ser professor, pois a pós-graduação na área já era exigida em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro.

A senhora cursou qual graduação?

Eu me formei em 1963, na Fafi, no curso de geografia e história. Depois de formada, a convite do padre Luciano Cabral Duarte, então diretor da Fafi, fui ministrar disciplinas do campo da antropologia para substituir a professora



Colaborei com o Iphan no processo que reconheceu a produção de renda irlandesa, em Sergipe, como patrimônio cultural imaterial do Brasil

Josefina Leite Campos, que enfrentava uma grave doença degenerativa que a levou à morte, em 1969. Ela tinha sido minha professora na graduação e despertou em mim o gosto pela antropologia e pela pesquisa. Nessa época, além da Fafi, havia na cidade de Aracaju outras quatro pequenas faculdades. Todas foram incorporadas à UFS, instalada em 1968, e me tornei professora da universidade nessa ocasião.

Por que não fez doutorado?

Ao voltar a Aracaju após o mestrado na Unicamp, questões familiares e profissionais foram se sobrepondo. Na década de 1980, aumentaram meus encargos na UFS. Além das aulas – ampliadas pela demanda por antropologia de vários cursos de graduação e também por cursos de especialização – envolvi-me com o museu de antropologia da universidade e atividades de extensão. O doutorado foi sendo postergado e acabou não acontecendo. Também participei da criação do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [NPPCS] na UFS, que antecedeu a implantação da graduação nessa área, ocorrida apenas em 1991. O

núcleo foi instituído em 1987 e oferecia uma pós-graduação *lato sensu* sobre Estado e sociedade no Nordeste. Os professores, na sua maioria egressos dos mestrados realizados em outros estados, tinham formação em, por exemplo, ciência política e economia. Ministrei disciplinas de antropologia até 1996, orientando alguns trabalhos. Foi nesse contexto que se lançaram as bases dos atuais cursos de doutorado em sociologia e de mestrado em antropologia da UFS.

Continuou a pesquisar após a aposentadoria?

Naquele momento, queria continuar pesquisando, mas também precisava cuidar de mulheres fundamentais na minha trajetória, minha mãe e minha sogra, já fragilizadas. Decidi acompanhá-las de perto e, nesse processo, reaproximei-me de práticas como costura e bordado, que faziam parte do universo delas e da minha formação. A convite do antropólogo Antônio Augusto Arantes, que havia sido meu professor na Unicamp, participei de uma iniciativa do Comunidade Solidária, projeto do governo federal comandado pela então primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso [1930-2008], sobre as rendeiras da cidade de Divina Pastora [SE]. Em 2000, fiz uma etnografia sobre a renda irlandesa produzida por essas mulheres, suas técnicas, organização e desafios. O trabalho resultou em ações como a criação de uma associação de rendeiras. Mais tarde, colaborei com o Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] no processo que reconheceu esse saber como patrimônio cultural imaterial do Brasil, em 2008.

O que tem feito nos últimos anos?

Em 2024, nos 50 anos da morte de Mãe Bilina, fizemos um evento em Laranjeiras envolvendo a UFS e o terreiro de Santa Bárbara Virgem, onde foi montada uma exposição sobre a matriarca. Também publiquei o catálogo *Heranças da África, vivências no Brasil: Bilina de Laranjeiras* e reeditei um documentário de 1973 em que ela aparece no comando das taieiras durante a festa de 6 de janeiro. Ainda em 2024, saiu o livro *Povos indígenas em Sergipe: Contribuição à sua história*, com artigos que escrevi entre 1973 e 1992. Nunca esqueço os temas que pesquisei, estou sempre revisitando-os. ●